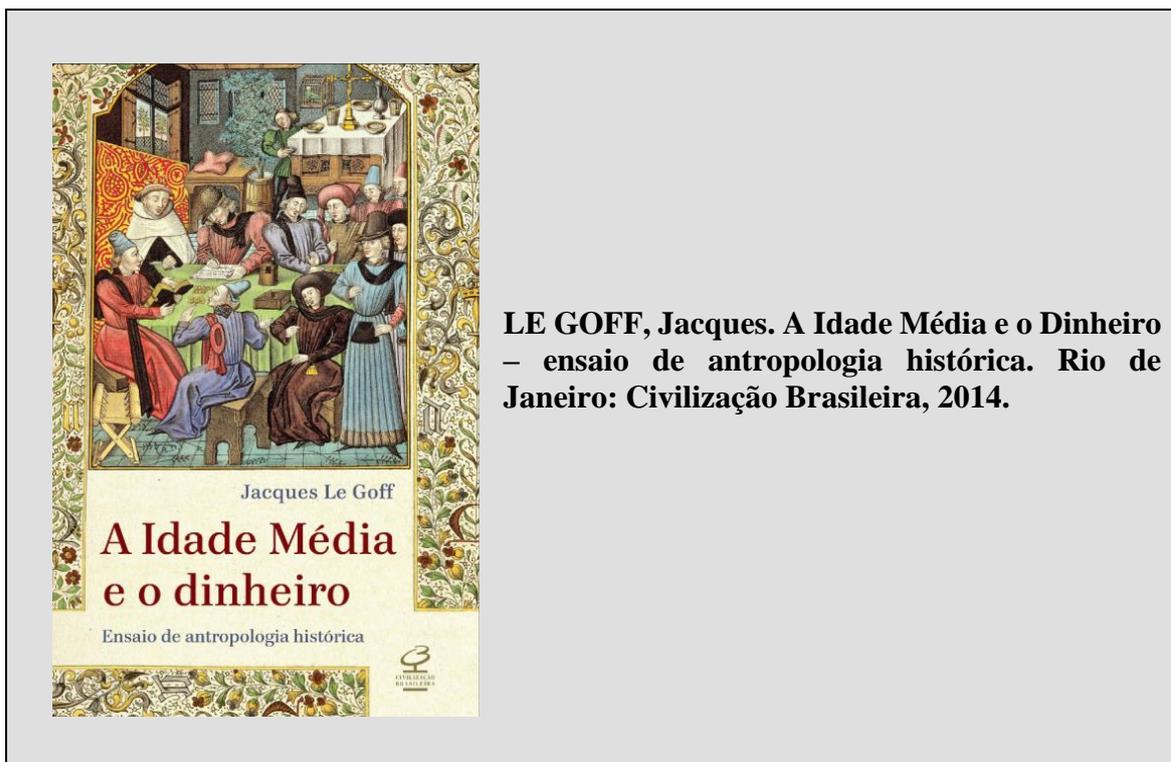


RESENHA: LE GOFF, Jacques. A Idade Média e o Dinheiro – ensaio de antropologia histórica.

Renato Rodrigues da Silva
PhD Candidate
School of Historical Studies
University of Leicester
silvarrenato@gmail.com
Enviado em: 15/12/2015
Aceito em: 03/03/2016



O último livro do historiador francês Jacques Le Goff foi publicado originalmente em 2010. Traduzido por Marcos de Castro, foi publicado no Brasil em 2014. “A Idade Média e o Dinheiro” não deve ser interpretado como uma obra que contém uma reviravolta na historiografia de Le Goff, mas como uma síntese das ideias que nortearam o autor em sua carreira acadêmica. Desta forma, os elementos que compuseram seus traços característicos se expressam na obra de forma bem clara: o interesse em problemas e questões de longa duração; a proeminência e o impacto das questões subjetivas ou mentais; a ênfase nas instituições e transformações urbanas; a relação entre a mentalidade e a religião; as ordens eclesiásticas; a relação com o dinheiro e o tempo (a partir da usura); uma Idade Média de longa duração e sua possível relação com o capitalismo.

Conforme o subtítulo anuncia, sua preocupação é estabelecer um ‘ensaio de antropologia histórica’. Desta forma, compreende-se que a obra priorize os elementos culturais (ou mentais) do significado do dinheiro para o medieval. Isso não significa, no entanto, que a materialidade seja totalmente descartada na obra. A forma como esta é trabalhada, contudo, ficará mais clara ao longo da exposição da obra.

O conceito de dinheiro na Idade Média é múltiplo, conforme apresentado pelo autor já na introdução do livro. A própria concepção do dinheiro (e suas implicações econômicas, políticas, éticas e psicológicas) mudou de acordo com o tempo e o espaço ao longo do período medieval. Apesar de não dizer claramente, ao longo do livro há a ideia implícita de que, para Le Goff, moeda equivale a dinheiro. Le Goff aponta que o dinheiro não possuiu primazia em nenhuma dimensão da sociedade. Para tentar entender o que significava dinheiro naquela realidade, o autor se refere aos vocábulos utilizados pela época, chegando à conclusão que os conceitos mais próximos da realidade contemporânea são “moeda”, “denario” (*denarii*, no original latino), “pecúnia” (*pecunia* em latim). A forma de argumentação de Le Goff, contudo, lembra bastante seu famoso artigo sobre as mentalidades da coletânea *Faire d’Histoire* (LE GOFF, 1974: 76-94). O autor expõe as dificuldades de apreensão do conceito, elabora formulações que poderiam ser tomadas como a definição do conceito em si para, em seguida, descartá-las; contudo, não apresenta uma definição simples, clara e direta do que entende por aquele conceito.

Para melhor entender o dinheiro, Le Goff divide a Idade Média em duas. A distinção se expressa em uma primeira Idade Média, correspondente ao período entre Constantino

(século IV) e São Francisco de Assis (fins do século XII); a segunda, entre o século XIII e o final do século XV.

A Alta Idade Média é dividida por Le Goff em dois blocos: um primeiro recorte que figura entre o fim do Império Romano até o período carolíngio, e o segundo, da hegemonia carolíngia até à feudalidade. Esta divisão corresponde à multiplicidade de moedas do primeiro recorte, que Le Goff entende como uma das expressões da fraqueza econômica da Alta Idade Média. Da mesma forma, a tendência observada por ele é a diminuição da quantidade da moeda de ouro; uma reticência inicial dos monarcas bárbaros a emitirem moedas de ouro com seu nome ou efígie (o que Le Goff caracteriza como “audácia”); e a pluralidade de moedas, efígies, lugares de cunhagem e moedeiros; circulação de ouro, prata e bronze e/ou cobre.

O período carolíngio seria caracterizado pelo fim do bimetalismo ouro-prata e estabelecimento do monometalismo da prata; a retomada da cunhagem pelos poderes públicos; a tentativa de padronização da forma de fabricação e do peso-moeda no âmbito do Império. Apesar do monopólio imperial na cunhagem de moedas (que durou pouco tempo), a principal fonte de riqueza continuava sendo a terra. Da mesma forma, as “Etimologias” de Isidoro de Sevilha prosseguiram como referência, colocando o amor ao dinheiro à frente dos pecados capitais.

A partir da linhagem Otoniana, moeda e dinheiro foram além do Reno (século X). O imperador Oton I (936-973) fundou novas oficinas moedeiras, e com isso a produção de moedas na Idade Média chegou à Kiev, à Escandinávia e à Polônia. Ainda assim, essa cunhagem não se estabelece de forma permanente, havendo retrocessos. A explicação dada por Le Goff jaz na ausência de metais preciosos de origem local e na fragilidade das trocas comerciais. Mais uma vez, a retração do uso da moeda é constituído a partir de uma insuficiência econômica. Nesta primeira “idade da moeda”, a explicação se expressa pela negativa e pela ausência.

A grande virada para o desenvolvimento do dinheiro teria se construído entre os séculos XII e XIII. O estabelecimento dos mercados sedentários (em detrimento dos itinerantes); o progresso urbano (identificado com o crescimento das cidades e a capacidade de criação e consumo de dinheiro por elas; o retorno ao padrão-ouro; o crescimento do lucro, que é conjugado com as tentativas de justificar teologicamente este e a usura, de forma indulgente, porém não-absoluta); a regulamentação da moeda por

parte dos poderes públicos e monárquicos e a promoção da imagem do trabalho são os principais elementos característicos deste momento. Apesar da concentração nos meios urbanos, esta transformação não se limita a eles. A expressividade do setor têxtil de Flandres, por exemplo, era tamanha que ela impunha uma realidade de troca, lucro, dinheiro e moeda que não se limitava aos meios urbanos, estendia-se ao contexto rural.

Se o século XII marca a transição, o XIII representa o arranque e a expansão desta nova realidade do dinheiro. No debate teológico a respeito dele, Alexandre Magno coloca a avareza (ou cupidez) na terceira posição entre os piores pecados capitais – o primeiro lugar (antes da própria avareza) era da luxúria. Este crescimento da riqueza na forma moeda não aparece como contraditório com o elogio da pobreza que também surge neste período. Ao contrário: ele se mantém fundamental para entender como as formas religiosas e culturais se desenvolvem para incorporá-las. O dispositivo criado é a modificação e ampliação do uso da *caritas*, o conceito de “amor” sendo ampliado. A salvação dos ricos está ligada ao que Alexandre Magno caracterizou como a possibilidade de sobrevivência dos pobres nas cidades. É da doação dos ricos que estes conseguem sobreviver.

As cidades se transformam para se adaptar à nova realidade, com a construção de um poder público na própria cidade, expressos na taxaço, na construção de fornos, celeiros, lagares e moinhos, auxiliando e complementando os investimentos privados e nutrindo seu próprio influxo de moedas (uma vez que estas construções eram viabilizadas via empréstimos). As “casas da cidade”, futuras câmaras municipais, tendem a se fortalecer neste mesmo período. As taxas recolhidas estabeleciam os salários fixos e anuais de seus colaboradores, o serviço de polícia dos sargentos, a compra de uniformes de gala; e os *vins d'honneur* para os hóspedes que a cidade recebia (que posteriormente se transformou em propinas para as pessoas de cujos favores a cidade necessitava). Conectando esta nova realidade da cidade à mudança de paradigma espiritual, também são criados hospitais e leprosários. A construção das catedrais góticas representou a maior mobilização (para uma subsequente imobilização) de trabalho e recursos. Segundo Le Goff, a construção destes monumentos à fé representou a imobilização do financiamento de rendas eclesiásticas por um lado e doações burguesas por outro; o insumo imobilizado seria tão vultoso a ponto de ser apontado como o principal motivo da economia medieval não ter se desenvolvido.

A grande novidade em termos de personagem social é a figura do burguês. A figura do burguês não era estranha ao sistema feudal, fornecendo o dinheiro de que tanto o senhor quanto o camponês necessitavam. Se o senhor precisava de dinheiro para adquirir bens de luxo e prestígio, o camponês precisava de empréstimos para pagar ao senhor parte das rendas devidas, progressivamente exigidas em moeda sonante. Da mesma forma, o burguês passava a enriquecer, e emprega cada vez mais servidores e subordinados que são pagos com salário em dinheiro. A principal fonte para adquirir os montantes necessários para desempenhar este papel era provenientes do comércio e da indústria. Portanto, era natural que estas figuras fosse mais ricas nas grandes cidades que nas menores.

A prata passou a inundar o mercado a partir das técnicas dos mineiros alemães. Desta forma, a produção de moedas não só foi possível como também abundante, a ponto de a Europa assistir a uma intensificação da circulação de moedas, em âmbitos interno e externo. No fluxo interno, a intensidade da troca gerou as moedas de baixo valor, chamadas *billon* na França. Estas eram usadas para adquirir produtos cotidianos, como um pãozinho. As principais moedas exportadas eram os esterlinos ingleses, os denários franceses e uma moeda veneziana chamada *gros*. O principal comerciante “externo” era o Oriente, não só Bizâncio, mas também o Egito, de onde vinha ouro fino em pó. A nova amplitude do comércio encerrou o período do monometalismo e levou à imposição de um trimetalismo (ouro, prata e moedas de baixo valor). Não por acaso, é neste período que volta a existir o adiantamento em dinheiro, e com ele o empréstimo e a usura. A principal forma de estocar e entesourar os metais preciosos no Ocidente, contudo, permaneceu a mesma: a formatação em lingotes.

Apesar de tentar, o Estado não conseguiu manter uma taxaço em moedas efetiva durante o período medieval. Impostos sobre exportações, mercados, estoques, fortuna adquirida, rendimento por cada lar, foram tentados e nenhum conseguiu se impor de forma consistente. Segundo Le Goff, foi a incapacidade de arrecadação de impostos na forma de moeda que impediu sua transformação em Estado Moderno.

O dinheiro na Baixa Idade Média deixa de ter um conteúdo essencialmente perverso, tornando-se apenas potencialmente perverso. Muito do peso da transformação deste caráter essencial do dinheiro tem a ver com a valorização do trabalho e da importância do trabalho do assalariado. Da mesma forma, se o usurário é uma figura maldita no início

deste período, nos séculos XIV e XV ele é reabilitado. Segundo Le Goff, esta reabilitação ocorre sobretudo pelo desejo dos usuários de permanecerem como bons cristãos, e de parte da Igreja investir suas forças em salvar os piores pecadores. Este paradigma é reforçado pelo ideal maior de *caritas*, o amor que está acima de tudo, inclusive da justiça. A difusão da *caritas* e seu enraizamento são tamanhos que ela é capaz, segundo Le Goff, de organizar uma economia da doação. Da mesma forma, o purgatório aparece como forma intermediária de pós-vida e horizonte de não-condenação. A mudança da mentalidade, com a absorção deste conceito, ajudou a desessencializar conceitos como trabalho e condenação apriorística.

Junto à nova riqueza, surgia uma nova nobreza. Esta, segundo Le Goff, não era mais maldita, oriunda do pecado original; agora ela era associada à figura de Cristo, uma vez que esta faceta estava sendo mais focada na espiritualidade cristã daquele momento. Como os pobres neste momento se concentravam na cidade, a luta pela incorporação desta nova pobreza se dá nas próprias cidades, a partir das ordens religiosas que se instalam neste espaço, principalmente os franciscanos. Apesar disso, a promoção da nova pobreza, negando e combatendo a nova riqueza, teve como resultado sua integração em uma economia de mercado.

Apesar de todo o desenvolvimento econômico, da mudança nas mentalidades, na cultura e na religiosidade, Le Goff ressalta que toda mudança de paradigma acontece internamente à Idade Média. Em outras palavras, o grande ausente da Idade Média para ele é o capitalismo. Para Le Goff, os motivos da ausência de capitalismo são: 1) alimentação irregular e, por vezes, insuficiente de metais preciosos para a confecção de moeda ou de papel-moeda, deixando a Idade Média à beira da fome monetária, mesmo no século XV; 2) inexistência de um mercado único, que teria se constituído progressivamente apenas a partir do século XVI; 3) a ausência da Bolsa, que não conseguiu se estabelecer na Antuérpia do século XV, mas conseguiu se firmar na Amsterdã de 1609; 4) a economia estar incrustada em outras dimensões sociais, como a religião. O dinheiro, portanto, não é apenas uma entidade econômica, mas está ligada a outras concepções e dimensões do mundo. Da mesma forma, a *caritas* aparece como uma forma de doação capaz de medir a qualidade do cristão. A economia moral aponta na direção da doação e imobilização de riqueza, não na de investimento e replicação dela.

Por isso mesmo, para Le Goff, a Idade Média não é o ponto de partida para o capitalismo; este estaria na Holanda do início do século XVII.

A obra de Le Goff pode ser interpretada dentro de um debate mais amplo, sobre a natureza da economia nas sociedades pré-modernas. Este debate é conhecido como o debate que opôs primitivistas e modernistas. A grande questão foi resumida por Friedrich Oertel já em 1925: “Devemos conceber a economia antiga como possuidora de um alto grau de desenvolvimento ou, pelo contrário, como essencialmente primitiva? Os séculos V e IV a.C. devem ser interpretados como uma era de comércio e negócios internacionais, de produção de manufaturas em larga escala seguindo linhas capitalistas voltadas à exportação para competirem umas com as outras por vendas no Mercado mundial? Ou devemos assumir que uma economia de subsistência não foi ultrapassada, que nenhuma produção em larga escala para mercados internacionais existiu? Em suma, a economia era ainda agrária ou industrial?” (OERTEL, 1925: 516-7). Apesar de negar a existência do capitalismo na Idade Média (hipótese também defendida por esta resenha), Le Goff acaba por naturalizar desenvolvimentos e interpretações do mundo moderno no que diz respeito à adjetivação da economia medieval. As críticas a seguir seguem esta linha-mestre.

A primeira medida em que é perceptível o modernismo de Le Goff é a equivalência entre moeda e dinheiro. Philip Grierson, por exemplo, destaca o quanto os usos da moeda (principalmente as moedas de ouro) em contextos não-comerciais (multas, tributo, na forma de Dom, especialmente para os mortos) são mais comuns e socialmente relevantes do que o uso da moeda como meio de troca (GRIERSON, 1959: 123-40). Rory Naismith sugere que o dinheiro (como uma das formas e usos que a moeda pode tomar) pode ser usado de três formas: 1) meio de troca; 2) unidade de valor; 3) unidade de medida. (NAISMITH, 2012: 252-3). Nenhuma destas questões é abordada em detalhe por Le Goff, nem a questão que poderia ser central para uma discussão sobre a forma dinheiro: o significado de “valor” para a economia medieval.

Da mesma forma, Le Goff equivale pujança econômica a um mercado mais ou menos desenvolvido. Esta visão fica mais explícita nos dois primeiros capítulos, ao abordar a Alta Idade Média. Há uma conexão entre a afirmação progressiva de uma moeda única e um sucesso maior ou menor do mercado e da própria economia. Desta maneira, Le Goff

acaba por subvalorizar o contexto (e embates) político(s) que pode(m) estar implicado(s) nestes fenômenos.

Em sua opção teórica de questionar as normas eclesiásticas e as formulações espirituais, Le Goff as estabelece como termômetro frente à forma de entendimento da sociedade medieval acerca do dinheiro. Esta opção acaba por colocar um problema sério: o limite de alcance da teologia nas práticas sociais mais amplas. A questão de fundo é o limite da capacidade de uma norma ditar efetivamente a prática social em uma sociedade como a medieval, marcada pela pulverização de poderes e práticas.

Em sentido próximo, a ênfase na teologia e nos aspectos mentais, psicológicos, teológicos e éticos (ou, em suma, ideológicos) leva a uma subutilização das discussões e achados arqueológicos. Embora haja citação a alguns itens ou escavações, estas citações ocorrem apenas a título de ilustração, carecendo de um entendimento mais tridimensional de como artefatos arqueológicos podem funcionar em determinada sociedade (como o citado uso diferenciado da moeda).

Em seu título, o livro anuncia seu caráter ensaístico. Para uma obra desta natureza, é compreensível a ausência de citações longas e notações bibliográficas com maior frequência. Porém, este caráter acaba por limitar a possibilidade de seguir nos passos do autor para melhor desenvolver ideias presentes no livro. Desta forma, algumas afirmações taxativas, como a quantidade de moedeiros na Gália merovíngia (primeiro capítulo) ou as afirmações das moedas internacionais (o florim de Forença e o ducado de Veneza, no capítulo 12) não possuem qualquer notação. Da mesma forma, boa parte da bibliografia citada está situada nas décadas de 70 e 80 do século XX.

A discussão sobre Alta Idade Média permanece, como ao longo da carreira do autor, seu ponto fraco. Le Goff segue Marc Bloch dizendo que o Ocidente da Alta Idade Média não valoriza o trabalho do ourives e a beleza dos objetos que o mesmo produz. Ao mesmo tempo, reconhece que estes trabalhadores estavam, na Alta Idade Média, limitados à atividade em mosteiros, mas não detalha por que os mosteiros tentavam manter estes trabalhadores sob sua esfera de poder. Da mesma forma, os produtos dos ourives se caracterizam basicamente como reservatórios de metais preciosos passíveis de serem convertidos em moeda.

A Alta Idade Média é caracterizada por um “enfraquecimento econômico”; e a “penúria da moeda é então uma das fraquezas características da Alta Idade Média no

domínio econômico”. Desta forma, é ao discorrer sobre um período de contração econômica que o viés modernista de Le Goff se faz sentir de forma mais clara.

A Introdução do livro termina com a citação de Dante, tratando do principal símbolo iconográfico da Idade Média para o dinheiro. No canto XVII, versículos 43-78, o dinheiro aparece como uma bolsa pendurada no pescoço de ricos, que as trajam no inferno. A ideia implícita (e também presente em tímpanos e capitéis de igrejas) é de que o peso do dinheiro e da bolsa (que possivelmente os ricos não aceitam ou de que não podem abrir mão) os forçam para baixo, para a Queda. Esta mesma imagem já havia sido utilizada pelo autor no livro “A Bolsa e a Vida”, publicado 24 anos antes (em 1986) de “A Idade Média e o Dinheiro” (cujo ano de publicação original é 2010). Da mesma forma, parece que o peso do dinheiro e das mentalidades puxam Le Goff na direção de um entendimento do dinheiro na Idade Média que é capaz de responder algumas questões, mas deixa muitas outras em aberto. Longe de constituir um “inferno” ou uma imagem terrivelmente similar, a obra avança no sentido de propor uma síntese (algo tão incomum na historiografia atual). Porém, esta síntese foi executada em apenas algumas dimensões daquela sociedade, cabendo à próxima geração articular as novas descobertas dos estudos medievais com as demais dimensões sociais para um entendimento mais holístico do papel social do dinheiro na Idade Média. Neste sentido, a obra representa um passo significativo.

Bibliografia

- GRIERSON, Philip. Commerce in the Dark Ages: A Critique of the Evidence. Transactions of the Royal Historical Society 9 (1959), pp. 123-140.
- LE GOFF, Jacques. Les mentalités. Une histoire ambiguë, in LE GOFF, J.; NORRA, P. (eds.), Faire d'histoire, vol. 3. Paris: Gallimard, 1974, pp. 76-94
- _____. A Bolsa e a Vida – Economia e Religião na Idade Média. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. A Idade Média e o Dinheiro – Ensaio de antropologia histórica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- NAISMITH, Rory. Money and Power in Anglo-Saxon England. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- OERTEL, Friederich. Supplement and comments appended to Robert Pöhlmann. Geschichte der sozialen Frage un des Sozialismus in der antiken Welt III (Munich, 1925), pp. 516-17.